

Teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar (2008-2012)

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos foi criado em 2007, nos níveis de mestrado e doutorado, a partir do desmembramento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que funcionava desde 1988 (programa hoje extinto). Como vários discentes migraram para o novo programa, as primeiras defesas de mestrado e doutorado ocorreram já em 2008.

Abaixo segue a lista de dissertações e teses defendidas no PPGPol até maio de 2012.

Dissertações de Mestrado

2008

Federalismo e Reforma Tributária no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002)

Luciléia Aparecida Colombo

O presente estudo visa oferecer uma contribuição sobre a influência do Federalismo sobre a Reforma Tributária, entre os anos de 1994 a 2002, que correspondem, portanto, aos dois mandatos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal trabalho justifica-se, sobretudo porque grande parte do referencial teórico sobre o tema encontra-se em áreas diferenciadas, sendo os trabalhos em Ciência Política ainda bastante reduzidos. A escolha deste período derivou do fato de que neste intervalo temporal os debates sobre a reforma foram intensos, ocupando a agenda do Executivo, que possuiu a iniciativa de apresentar a PEC 175, que tratava da reformulação do sistema tributário. No entanto, apesar de todos os esforços, a reforma não conseguiu implantar-se; neste sentido, cabe à presente investigação apontar os fatores e fundamentalmente os atores políticos que contribuíram para o fracasso da mesma. Para tanto, a metodologia empregada utilizou-se de um material bibliográfico relevante, com a análise de importantes obras sobre o tema, juntamente com a análise dos discursos dos parlamentares na Comissão Especial de Reforma Tributária; realizou-se, ainda, entrevistas com membros envolvidos na época dos debates, obtendo, desta maneira, uma quantidade de dados satisfatórios para o apontamento dos motivos que levaram à paralisação desta importante matéria, que ainda necessita de concretização.

2009

As Auditorias Militares no aparato repressor do regime ditatorial (1965-1968)

Erika Kubik da Costa Wanderley

O objetivo central desta pesquisa é entender as relações estabelecidas entre a primeira instância da Justiça Militar brasileira – as auditorias militares – e o aparato repressor montado pelo regime militar brasileiro no período de institucionalização que se inicia com a edição do segundo Ato Institucional, em outubro de 1965 e termina com a publicação do quinto Ato Institucional, em dezembro de 1968. A escolha deste órgão como objeto de investigação se deve, essencialmente, à sua importância na arquitetura jurídica do regime, principalmente depois das alterações estabelecidas pelo segundo Ato Institucional, que transferiu para a Justiça Militar a competência para processar e julgar civis acusados de crimes contra a segurança nacional. O foco analítico

principal se concentrou nos julgamentos políticos realizados por esta instância e o material empírico consistiu essencialmente em fontes primárias, de caráter documental.

A Trajetória política tenentista enquanto processo: Do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)

Fabrcia Carla Viviani

Este trabalho analisa a trajetória política do movimento tenentista entre 1922, data de seu surgimento, e 1932, momento em que o Clube 3 de Outubro formulou o Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil. O objetivo central é detectar como ao longo desse período o tenentismo transitou de um grupo militar, defensor de interesses institucionais, a grupo político, ao formular um projeto para o conjunto da sociedade, ou seja, passou de um movimento reativo a um movimento propositivo. Sendo assim, a hipótese aqui trabalhada é que a construção do movimento tenentista enquanto ator político coincidiu com suas manifestações no cenário nacional entre 1922 e 1932. Supostamente essa metamorfose foi proporcionada pelo fato de que os “tenentes” surgiram de um momento histórico de modernização da sociedade brasileira e das Forças Armadas e ao interagir com esse cenário forjaram sua identidade coletiva, sendo assim, capaz de interferir no processo de mudança social. Para tanto, partindo do pressuposto de que o movimento tenentista estava em construção, analisaremos os documentos produzidos nesse período pelos segmentos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande Sul – epicentro de disputa pelo poder político e regiões de maior vitalidade do movimento. Assim, a metodologia empregada será de análise primária de manifestos, programas, folhetins e cartas do tenentismo desse período, uma vez que acreditamos que os textos produzidos pelos atores são produtos intelectuais de reflexões, formulações, ressignificações que os orientam para a ação.

Determinante do Voto Partidário: uma análise do voto em eleições para o Executivo no Estado de São Paulo – 1998-2006

Fabrizio Martins Tavoni

O objetivo deste trabalho é analisar o voto partidário em eleições para o Executivo no Estado de São Paulo, tanto com o voto para Governador quanto para Presidente. O recorte que foi feito para este trabalho é o período que compreende as eleições de 1998, 2002 e 2006, sendo que os partidos analisados são: PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PT (Partido dos Trabalhadores). Os dados estudados foram coletados no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e, a partir deles, feitos cruzamentos entre candidato a Presidente por um partido e candidato a Governador pelo outro partido e vice-versa, de modo a observar a coerência do voto nos partidos em disputas distintas. A partir disso foi feito um geoprocessamento do voto no Estado, mostrando onde cada partido obtém melhor resultado e também verificar se tanto na disputa para o governo do Estado quanto para a Presidência há coerência no voto partidário.

O Governo Chávez e a Luta pelo Poder na Venezuela: uma análise dos atores políticos em conflito

Kátia Alves Fukushima

O objetivo principal deste estudo consiste em analisar os fatores que explicam as reações dos setores opositoristas ao governo de Hugo Chávez entre 2001 e 2004. A compreensão destas reações é buscada tendo como pano de fundo a ruptura com o regime democrático liberal ocorrido a partir de 1999, com a ascensão deste presidente, inaugurando o que o mesmo denomina “democracia participativa e protagônica”. Para alcançar seus objetivos este trabalho se empenha inicialmente em entender o regime político no país desde a construção da democracia liberal em torno do Pacto de Punto Fijo, passando por sua crise durante os anos 1980, até a vitória de Chávez em 1998. Por fim, apresenta algumas interpretações sobre as transformações

políticas e institucionais ocorridas com o novo governo e o que as mesmas passam a representar para os setores ligados ao antigo regime que se colocam na oposição. As conclusões obtidas indicam que as reações destes setores ao governo iniciado em 1999, resultaram de seu desalojamento do poder, e não como afirmavam de sua insatisfação com o “autoritarismo” do novo regime. O que eles perseguiram, no limite, era o controle do Estado, permitido pelo caráter minimalista da democracia pré-Chávez.

Minustah e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?

Paulo Gustavo Pellegrino Correa

O propósito de nossa pesquisa é de submeter à crítica a proposta brasileira de criar um novo paradigma de solução de conflitos intra-estatais a partir de sua experiência no comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). As motivações do Brasil em participar do processo de reconstrução do Haiti (Diplomacia Solidária) e uma visão multidimensional são elementos que, de acordo com o governo brasileiro, diferenciariam a MINUSTAH das mal sucedidas missões anteriores comandadas pelos Estados Unidos. Primeiramente analisaremos as motivações político-ideológicas dos países contribuintes em operações de paz, mais especificamente dos EUA e do Brasil. Em seguida, avaliaremos qualquer elemento inovador nos projetos de cooperação do Brasil via Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com o Haiti e faremos uma comparação com os projetos desenvolvidos pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), no que diz respeito ao processo de formulação e objetivos dos projetos. Posteriormente, analisaremos o modus operandi da MINUSTAH, mais especificamente das tropas brasileiras, para então averiguar se existe de fato um ethos brasileiro capaz de sustentar uma mudança de paradigma dentro das operações de paz.

PAIGC A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)

Rui Jorge da Conceição Gomes Semedo

Esta pesquisa investiga a dinâmica política do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde, “PAIGC”, que durante e depois do processo de luta pela independência nacional contra o domínio português, teve apoio considerável da população. O PAIGC conquistou oficialmente o poder político na Guiné no ano de 1974 e governou o país por dezesseis anos em regime de partido único, apresentando dificuldades para viabilizar o seu programa de governo. A questão central é saber por que o partido, que contou com forte base de apoio popular e atuou como a única força política que controlava o aparelho de Estado, teve dificuldades para implementar suas principais propostas de governo?

2010

O Movimento Estudantil de 1968: a trajetória dos estudantes do interior paulista

Aline Michele Nascimento Augustinho

O ano de 2008 esteve repleto de “comemorações”, sobre o mítico ano de 1968. Universidades, periódicos e redes de televisão dedicaram atenção aos quarenta anos do maior ciclo de manifestações políticas estudantis da história brasileira. Além de lembrar a insurreição estudantil, é preciso pensar o que restou desse movimento para a política contemporânea, como esses atores observam e reinterpretam suas atitudes passadas. É notório que o ideário da antiga esquerda estudantil já não é o mesmo. Muitos dos ex-militantes, que alcançaram o poder político, não têm suas praticas correspondentes às manifestações de quarenta anos atrás. Uma das hipóteses que orienta essa dissertação é a de que o tempo altera as estruturas e o tecido social e as maneiras de atuação política dependem de um cenário constantemente reelaborado pela história. Sendo as duas principais bandeiras estudantis de 1968 a garantia de excelência da universidade pública e o repúdio ao regime militar, é

interessante observar como estes mesmos atores agem agora que são integrantes da elite política. Utilizando como metodologia de trabalho as ferramentas da ‘História Oral’ e das ‘Trajetórias de Vida’, esta pesquisa aborda as lutas estudantis do período, por meio dos relatos orais de alguns dos líderes estudantis de 1968. Ao longo do processo de redemocratização, as estruturas dominantes conseguiram absorver parte importante das propostas dos novos grupos de movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1970, como os movimentos de mulheres, homossexuais e minorias étnicas, e também das propostas relacionadas à revolução de comportamento e cultura dos anos 1960. Neste cenário, os ex-militantes da esquerda estudantil precisaram readequar seus objetivos, plataformas e agendas à medida que ingressavam na política, através dos novos partidos que se formavam no final da década de 1970. A singularidade humana é também uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem, revelando assim caminhos ainda ocultos de um movimento que foi também formador do cenário político brasileiro contemporâneo.

A Política Social de Economia Solidária: um estudo de caso do município de São Carlos

Camila Capacle

A economia solidária é uma prática de geração de trabalho e renda existente em milhares de municípios e comunidades brasileiras, e mais de uma centena de prefeituras têm investido esforços e recursos humanos, físicos e financeiros nessa alternativa. A economia solidária ganhou status de política nacional, mas enfrenta o grande desafio de consolidar-se como política de Estado. Este trabalho tem como objetivo analisar a política pública de economia solidária do município de São Carlos entre os anos de 2001 e 2009. Partindo da metodologia da análise de políticas públicas e refazendo a trajetória das políticas sociais no Brasil, a pesquisa busca evidenciar a construção social da economia solidária enquanto política pública, apresentando um modelo dessa política em nível municipal/local. A análise da política de economia solidária de São Carlos demonstra a existência de diretrizes para a implementação e consolidação da economia solidária como política de Estado, com destaque para três pontos: a criação e aprovação de um Marco Legal; a criação e utilização de Fundos de financiamento da política e, por fim, a organização política e social dos empreendimentos solidários e do movimento social. No entanto, apesar da construção dessas instâncias no município, averiguamos que a universalização e a abrangência – que caracterizam uma política pública – só são possíveis através de um Sistema Único Nacional, com financiamento público e mecanismos de relação e indução entre os entes federativos.

Representação Política no Brasil: uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos Deputados (1986-2011)

Cíntia de Oliveira Santiago dos Reis

O objetivo deste trabalho é analisar o padrão de carreira política das deputadas federais brasileiras. O recorte que foi feito para este trabalho é o que compreende as eleições entre 1986 e 2011, ao todo seis legislaturas. Para tanto foi feito um levantamento da participação política das mulheres e analisados dados referentes ao perfil das deputadas, como tempo de mandato, partido político, filiação ideológica e projetos desenvolvidos. A partir de então, procurou-se descobrir: quem são estas mulheres? De onde vem, o que defendem no Legislativo Federal e para onde vão depois do primeiro mandato?

Mudanças institucionais e gestão pública: sobre a reforma gerencial de 1995

Daniel Estevão de Miranda

Este trabalho tem por objeto a reforma gerencial brasileira de 1995. Situando-a no quadro mais amplo de transformações pelas quais o Brasil vinha passando desde fins da década de setenta, quadro este marcado pela

transição democrática, pretende-se contribuir para um maior entendimento das origens daquela experiência de reforma administrativa. Defende-se aqui que os rumos e proporções que a reforma gerencial assumiu foram fortemente influenciadas (i) pela forma como se encerrou o processo de redemocratização e a crise dos anos oitenta, isto é, pela afirmação hegemônica de uma plataforma de reformas através da eleição de Fernando Henrique Cardoso - FHC para a Presidência da República e (ii) pela atuação de Bresser-Pereira, Ministro da Administração do período, e sua equipe no sentido de elevar o grau de legitimação de suas propostas e, conseqüentemente, de angariar maiores apoios e recursos. A conclusão principal é a de que o MARE (Ministério de Administração e Reforma do Estado) se tornou um dos principais centros de gravitação dos debates em torno do significado histórico e propósitos do governo FHC, mesmo não estando entre os responsáveis principais pela realização das grandes reformas destinadas a reestruturar o setor público brasileiro.

Empresário e Dependência no Pensamento Político de Fernando Henrique Cardoso (1957-1969)

Daniel Osterreicher Laporta

“Problemática da dependência” é como aqui chamamos o período da carreira e da obra de Fernando Henrique Cardoso que baliza ideias, reflexões e diagnósticos referentes a sociedade industrial e modernização brasileira do pós-1930. Esta dissertação pretende fazer um exame descritivo e teórico sobre o processo de formação do intelectual e por em questão a parte de maior contribuição e centralidade teórica das ideias do autor supracitado a respeito do problema do desenvolvimento. Buscamos observar seu diálogo com outros intelectuais e teorias que se envolvem sobre o mesmo tema no período contemporâneo a formação e produção inicial de Cardoso. Destacamos que é um aspecto da análise da obra de Cardoso que, na literatura sobre o tema, ainda que bem estudado, se deixa opaco dentro dos estudos do pensamento político brasileiro, o que nos leva a tentar compreender e salientar a importância deste intelectual para o estudo e para a formação da sociedade brasileira.

Celso Furtado e o Plano Trienal: a teoria do subdesenvolvimento e as Reformas de Base

Fábio Luis Cabral

O presente trabalho objetivou-se no interesse em destacar a análise das propostas do Plano Trienal elaborado por Celso Furtado enquanto Ministro do Planejamento do governo de João Goulart. Este plano é compreendido neste trabalho como resultado tanto da teoria do subdesenvolvimento elaborada por Furtado ao longo de obras semanais entre as décadas de 1950 e 1960 como A Economia Brasileira (1954), Perspectiva da Economia Brasileira (1958) e A Pré-Revolução Brasileira (1962) e a Dialética do Desenvolvimento (1964), quanto de sua proposta de um modelo de desenvolvimento pautado na justiça social e na defesa da democracia. As Reformas de base seria assim, tanto um ajuste de contas com o passado (estruturas anacrônicas, econômicas ou políticas, que entravam a passagem para o desenvolvimento no período) quanto uma proposta de futuro ao modelarem as características de uma sociedade e economia fora das limitações estruturais do subdesenvolvimento.

A politização do direito na magistratura: ativismo jurídico via associativismo de juízes, uma análise da AJD e da militância pelos direitos humanos

Leandro Garcez Targa

Ao longo da década de 1990, a partir do contexto da Constituição de 1988, emergiu uma nova geração de magistrados brasileiros que se inserem na disputa interna ao campo jurídico criticando a tradição de neutralidade política na atuação profissional do juiz. O presente trabalho procura avaliar a atuação de parte deste grupo de ativistas jurídicos que se organizam em torno de associações. O foco da análise é na maneira com que os agentes utilizam estes espaços de organização coletiva para captação de capital

simbólico utilizado tanto em disputas internas no campo jurídico quanto em disputas no campo da política do Estado. A partir desta análise foi possível fazer uma caracterização do associativismo na magistratura, tendo a Associação Juízes para a Democracia (AJD) como objeto empírico para avaliação de um tipo diferente de associativismo quando comparado a outras associações mais antigas de atuação no país. O trabalho analisa também o associativismo da magistratura por meio do uso de estratégias internacionais para obtenção de legitimidade social nas ações de militância política de seus agentes. Neste sentido, enfocam-se os efeitos da internacionalização da expertise jurídica europeia na atuação associativista dos juízes brasileiros através da estratégia internacional de militância pelos direitos humanos.

Visibilidade Eleitoral: uma análise do enquadramento das revistas semanais sobre a candidatura de Heloisa Helena nas eleições presidenciais de 2006

Nathália Augusta Gonçalves

O presente trabalho visa colocar em voga a discussão sobre a forma como as mulheres candidatas a cargos políticos são representadas na mídia. Desse modo, pretendemos realizar um estudo que faça uma intersecção entre três temas: gênero, mídia e política. A literatura atual vem demonstrando que as mulheres candidatas a cargos políticos têm sido subrepresentadas na imprensa. Parte-se do pressuposto de que a mídia possui grande importância na formação de capital político daqueles que desejam estruturar sua carreira de modo a chegar ao cargo mais alto, isto é, a Presidência da República. Dessa forma, torna-se imprescindível analisar a forma como a imagem dos (as) candidatos (as) são frequentemente veiculadas e o faremos, aqui, particularmente, pelo recorte de gênero, analisando o enquadramento empreendido pelas principais revistas semanais informativas brasileiras sobre a candidatura de Heloísa Helena, nas eleições presidenciais de 2006.

Ciclos de greves: o peso da variável salarial na literatura nacional e internacional de greves

Pedro Augusto Ponce

Esta pesquisa visa aos estudos de greves e ação coletiva no Brasil. A partir da concepção de que as greves têm um caráter cíclico, de determinação complexa e mutável, este estudo aponta o peso que a variável salário - tradicionalmente examinada pela literatura, tem na determinação dos conflitos, em diferentes tempos dados. A questão salarial é no Brasil e no mundo o tema central das relações de trabalho, porém não é, na maior parte dos casos, o principal determinante do fenômeno grevista. Nas teorias de ação coletiva e de greves um conjunto de variáveis concorre em poder explicativo. Por meio de um mapeamento da discussão internacional e nacional do tema e dos pressupostos teóricos e metodológicos que norteiam esses trabalhos, busca-se a comparação do peso dado à variável salário em relação a outras variáveis explicativas, como inflação e desemprego, na determinação do conflito industrial. Para atingir o objetivo proposto, parte-se das principais explicações dos ciclos europeus, americanos, latino-americanos de greves, agrupando os autores segundo o ano e a localidade do debate. A análise que emerge deste estudo aponta primeiramente para a consideração geral de que variáveis microeconômicas ou macroeconômicas e sociopolíticas operam diferentemente em contextos diferentes. Mas essa constatação genérica esconde diferentes abordagens que estabelecem relações de causalidade ou de não causalidade entre as variáveis consideradas. Assim, modelos americanos afirmaram que as greves caem quando o desemprego aumenta o que não mostrou ser verdadeiro para a Europa. Neste continente, questões salariais pareceram figurar em segundo plano, às vezes em decorrência do desemprego, como mostrou o caso dinamarquês. No Brasil constatar que questões salariais figuraram em primeiro plano e motivaram a eclosão das greves em 1978 não significa dizer que elas expliquem, por si só, a expansão ou a redução do conflito trabalhista.

Constituição e Sociedade: uma análise sobre a (re) formulação da arquitetura do Estado-Nação na Assembleia Nacional Constituinte de 1933

Rafael Lamera Cabral

O objetivo desta pesquisa era analisar, dentro da plataforma de mudança social que se promovia com a Revolução de 1930 até a reconstitucionalização do país com a Assembleia Nacional Constituinte – ANC de 1933, como os temas (i) federalismo, (ii) regulamentação do trabalho e (iii) representação classista foram incorporados no momento em que se projetava a (re)formulação na arquitetura do Estado-Nação brasileiro. O processo constituinte realizado demonstrou como a política de Estado (através das questões sociais e trabalho) e o Direito (em sua formatação na estrutura legal – Estado de Direito) foram fundamentais na passagem para a modernidade no Brasil. A Constituição de 1934 seria a primeira da história política constitucional e jurídica brasileira que se ajustava às novas exigências sociais do Moderno, dando voz e voto a atores políticos e sociais inéditos. Esta mudança iniciou-se já no recrutamento eleitoral ao somar à anterior experiência de representação liberal clássica (e desde o Código Eleitoral de 1932 expandindo o colégio eleitoral, inclusive na mudança substantiva do direito de voto e eleição das mulheres) com a introdução do modelo classista/orgânico que permitiu a representação direta de setores ligados ao capital e ao trabalho. Mais que inovações na engenharia institucional estas alterações expressaram a transformação estrutural da sociedade brasileira no período. Se os novos atores e interesses não conseguiam ser concertados na moldura da velha Constituição (1891), tornava-se necessário uma nova agenda política e uma nova forma de pactuação. As análises desenvolvidas nesta dissertação partem do mapeamento de três fases de disputas políticas que culminaram no texto final da Constituição: a) anteprojeto constitucional promovido pela subcomissão do Itamarati (proposta oficial do Governo provisório); b) os debates constituintes (representados pelo parecer da Comissão dos 26); e c) do texto final da Constituição. Atravessando estas três searas das disputas aparecem em destaque os temas do federalismo, da regulamentação dos direitos do trabalho e da representação classista, expressões das modificações do processo de modernização em curso no país quanto dos recursos e estratégias ao procedimento constitucional.

Estado e sociedade civil na cooperação internacional: perspectivas dos países doadores, receptores e do Brasil

Ramon Santoro Leonardi

Esta dissertação aborda as relações entre Estado e sociedade civil pelo ângulo da cooperação internacional. O trabalho tem duas partes. A primeira trata do conceito de sociedade civil, em seus múltiplos significados ao longo do período moderno e em suas possíveis manifestações contemporâneas tal como projeto político. A segunda examina as relações de cooperação internacional entre países doadores e receptores, levando em conta as diferentes perspectivas dos atores. A análise foca os anos entre 2002-2008 e parte da argumentação é detalhada com relação ao Brasil. Sobretudo, este estudo pretende contribuir para o debate acerca da globalização, principalmente quanto seus efeitos sobre a estrutura de poder e configuração da ordem mundial.

Lobby: uma revisão crítica da literatura brasileira (1994-2007)

Rita de Cássia Laude Marinello

Essa dissertação é uma revisão crítica da literatura de lobby existente no Brasil. A redemocratização no país, bem como a formulação de sua Constituição Federal, aconteceram em meados da década de 1980. A partir de então, os estudos da Ciência Política se preocuparam com o mecanismo, funcionamento e eficácia das instituições políticas vigentes. Dessa forma, os estudos sobre grupos de interesse, grupos de pressão e lobby são datados de 1994 a 2007. Nesse trabalho se encontram duas problemáticas principais: (a) a falta de rigor científico por parte dos autores brasileiros, ou seja, a necessidade de se discutir melhor e estabelecer as

fronteiras conceituais entre grupo de interesses, grupo de pressão e lobby para assim engendrar uma pesquisa empírica sem falhas; (b) a questão de não aplicar o modelo de lobby norte-americano no Brasil, mesmo o modelo de regulamentação, pois cada país possui suas singularidades sociais, econômicas, culturais, históricas e políticas. Além da análise bibliográfica sobre lobby no Brasil, também foi esboçado o problema da ação coletiva, de Mancur Olson. A importância da democracia e do sistema pluralista ao desenvolvimento de grupos organizados. E as gramáticas da política brasileira.

Combate ao crime organizado: um estudo do PCC e das instituições do sistema de justiça criminal

Rodrigo Braga Freston

O propósito de nossa pesquisa é estudar as características e a atuação do grupo conhecido como Primeiro Comando da Capital (PCC), em sua relação com as instituições do sistema de justiça criminal (subsistemas policial e de justiça, execução e administração penal), assim como os desdobramentos da onda de ataques levada a cabo por aquela organização de maio a agosto de 2006. De início, procuramos realizar uma análise teórica do aparelho policial e do crime organizado para, em seguida, investigarmos o surgimento, estrutura, atividades e objetivos do PCC. Também focamos a onda de ataques comandada pelo PCC naquela data e os efeitos que esta teve sobre essa organização criminosa e, sobretudo, sobre as instituições públicas que travaram combate contra essa facção. Comparamos a evolução das instituições do sistema de justiça criminal e as relações que mantêm entre si, procurando estabelecer em que medida a onda de ataques serviu como catalisador de mudanças institucionais e de que forma ela possibilitou uma maior aproximação entre as instituições que compõem aquele sistema.

Elites políticas em Caraguatatuba (1970-2000)

Samuel Cândido de Souza

Considerando o processo de descentralização administrativa promovida pelo governo federal, sobretudo após a Constituição de 1988, o nível local passa a ser fundamental quanto à implementação de políticas públicas e à promoção do desenvolvimento econômico. Com isso aumenta a importância das elites políticas locais, que serão as responsáveis pelas decisões políticas mais significativas e de impacto imediato na vida dos cidadãos. Esta pesquisa tem como objetivo a análise do processo de recrutamento das elites políticas no município de Caraguatatuba, no período correspondente aos anos de 1970 a 2000. Procura-se relacionar as mudanças ocorridas na composição social da elite com as transformações sociais e econômicas ocorridas no município no período focado, além das transformações institucionais ocorridas no país. Atentamos para os processos de inserção política de agentes sociais no que se refere aos mecanismos de reconversão de recursos sociais em capital político, para a constituição de elites em âmbito local.

2011

Questão Social no Brasil: uma análise sobre o debate nas décadas de 1920 e 1930

Aline Ramos Barbosa

A transição para a modernidade no Brasil tem suas raízes nas mudanças engendradas na sociedade brasileira desde meados do século XIX até a emblemática Revolução de 1930. A questão social, que neste contexto se relaciona com o conflito capital e trabalho possibilitado pelas mudanças econômicas processadas no país, pode ter sua solução encarada como parte das gerações de direitos universais, especificamente, com referência aos direitos sociais. No caso brasileiro, que não segue a lógica marshalliana, primeiramente vieram os direitos sociais, nos anos 1930, concomitantemente com a supressão dos direitos políticos e sensível redução dos direitos civis pelo Estado varguista. Todavia, mesmo com a evidente importância da década de 1930 nesse processo,

não se pode descartar a importância dos anos anteriores. Sendo assim, o foco deste trabalho é a análise dos avanços e continuidades em relação à questão social no Brasil, que, embora fosse uma problemática sempre presente no país, quando se relaciona às questões trabalhistas, encontrou na década de 1930 uma solução amparada em legislação tanto trabalhista como previdenciária e auge na Constituição de 1934, no capítulo referente à Ordem Econômica e Social. Dessa forma, a questão de polícia transformou-se em questão social, ao ganhar o estatuto de questão política na Constituição de 1934.

Formação de Coalizões, apoio legislativo e atuação partidária no presidencialismo brasileiro

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli

A interação entre Executivo e Legislativo no presidencialismo brasileiro é pautada por duas abordagens antagônicas. A primeira abordagem observa que as relações entre os poderes seriam pautadas pelo confronto e por interesses irreconciliáveis, pois a combinação de presidencialismo, multipartidarismo, sistema proporcional de lista aberta e federalismo induziria à formação de um Congresso clientelista, indisciplinado e dominado por partidos políticos fracos. Por sua vez, a segunda perspectiva ressalta o elevado grau de cooperação nas relações entre os poderes devido à centralização que pauta os trabalhos legislativos e à preponderância do Executivo e dos líderes partidários no processo decisório, permitindo o estabelecimento de uma coalizão estável. A partir destas considerações, o estudo analisa o funcionamento do presidencialismo brasileiro durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) através de dois aspectos principais: em primeiro lugar, destacando a cooperação entre Poder Executivo e Poder Legislativo, visualizada na formação de coalizões, na distribuição de pastas ministeriais e na eleição para os principais cargos legislativos, como as presidências da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Comissões Permanentes; e, em segundo lugar, evidenciando a participação dos partidos políticos da situação e da oposição nas relatorias das Comissões do Congresso Nacional, assim como a atuação por meio de emendas e de substitutivos. Com isso, ficou constatado que o governo Lula foi apoiado por coalizões estáveis e disciplinadas que, por sua vez, obtiveram os principais cargos executivos e legislativos. Ademais, verificou-se que o Poder Legislativo não foi um mero ratificador de proposições oriundas do Poder Executivo, pois atuou nas comissões por meio de alterações nas proposições. Por conseguinte, a cooperação foi uma constante do processo decisório, mas a negociação e o conflito também foram fatores imprescindíveis para o bom-funcionamento do sistema.

Aspectos da religiosidade contemporânea e seus impactos na formação do comportamento político no Brasil: um estudo sobre a Igreja Universal do Reino de Deus

Gabriel Henrique Burnatelli de Antônio

Este trabalho procurou desenvolver como tema de fundo a dimensão crítica das transformações do fenômeno político contemporâneo, debruçando-se sobre os impactos deste movimento de transformação no Brasil em seu processo de redemocratização. Partindo, portanto, deste temário, o objetivo específico repousou no estudo das condições sociais e institucionais de emergência da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) enquanto sujeito político no Brasil democrático. Com este aporte, este trabalho buscou apontar que o amplo estoque de indivíduos em condições sociais de subalternidade, a parca experiência democrática substantiva em nossa história republicana e, a reboque, a carência histórica de construção de mecanismos austeros de empoderamento social facilitaram a emergência, nas últimas décadas, de interesses políticos tais quais apresentados nos dados coligidos a este respeito sobre a IURD: de caráter eminentemente corporativo, pouco preocupados com a esfera pública e com a construção de uma cultura cívica que oriente suas bases sociais para o exercício de uma cidadania bem compreendida.

A repercussão pública da participação do Brasil na Minustah (2004-2011)

Israel Aparecido Gonçalves

O objetivo deste trabalho é analisar qual é a repercussão pública da participação do Brasil na Minustah - Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Para entender como se realizou essa repercussão pública são estudados três campos: o acadêmico, o Congresso Nacional e a Imprensa escrita brasileira. A metodologia deste trabalho pautou-se pela análise de conteúdo e de fontes primárias, como leis e documentos oficiais. Os resultados da pesquisa demonstram que a imagem pública da missão sofreu várias críticas ao longo destes setes anos, mas o que prevaleceu foi uma visão institucional, ligada ao governo brasileiro.

A influência da Organização Internacional do Trabalho na definição de padrões normativos no Brasil

Ivan Ervolino

Essa pesquisa analisa a capacidade de criação normativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Levantamentos prévios indicam que há participação da OIT no debate público sobre questões laborais no Brasil. Avaliar a evolução estrutural da OIT e sua importância na normatização de questões trabalhistas brasileiras. A pesquisa assenta-se na documentação disponível (NATLEX e ILOLEX) e na literatura nacional e internacional sobre a OIT. A pesquisa aponta duas características: 1) O projeto da OIT pouco se alterou devido a seu desenho institucional que confere a organização flexibilidade para atuar em diferentes contextos de diferentes épocas; 2) A OIT possui capacidade de pautar decisões de atores e de influenciar a criação de novas agendas no Brasil.

Voto: uma oferta de fé. O poder simbólico dos líderes religiosos e o comportamento eleitoral dos membros da igreja evangélica

Júlio César Pereira de Souza

A forma de fazer política nas Igrejas no Brasil foi modificada consideravelmente devido ao crescimento das denominações evangélicas. As Igrejas neopentecostais, surgidas em meados dos anos 70, são as que mais cresceram e hoje são “comunidades” fortemente disputadas pelas lideranças políticas por representarem uma parcela significativa do eleitorado nacional. Considerando-se a problemática do carisma, do capital simbólico, ou seja, da influência do líder religioso, o presente estudo focalizou o comportamento eleitoral durante as campanhas para deputado estadual e federal de André Soares e Jorge Tadeu, respectivamente, na Igreja Internacional da Graça de Deus, e a transformação dos membros dessa Igreja em militantes e em eleitores fiéis, de 1998 a 2006. Para tanto, foram analisados as diretrizes do discurso usado pela liderança da Igreja no processo de persuasão eleitoral, o material midiático, a logística da campanha e a participação dos membros nesse processo.

Política e Religião: O envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira

Marcos Vinicius de Freitas Reis

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento político-partidário dos políticos vinculados a Renovação Carismática Católica (RCC). A escolha dos políticos com essa filiação religiosa deu-se em razão do número expressivo de adeptos, apoio da Igreja Católica e visibilidade de seus eventos em nível nacional. Para isso, foram analisados os projetos de lei dos deputados estaduais e federais, para saber se suas propostas estão de acordo com os interesses da RCC ou dos partidos que são filiados. O estudo traçou um perfil biográfico dos seus representantes e quais os motivos que levaram os carismáticos católicos a adentrarem a arena política.

Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado

Rafael Gonçalves Gumiero

O período posterior ao fim da I Guerra Mundial e a crise de 1929 introduz (a partir da crítica ao modelo econômico liberal e o surgimento das estratégias de desenvolvimento planejado e da alternativa keynesiana da regulação econômica) um novo problema de investigação: o tema do atraso e da condição de subdesenvolvimento. Em termos da literatura mundial, esta problemática foi trabalhada de maneira original e vigorosa por Ragnar Nurkse em “Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos”, por Rostow em “Etapas do desenvolvimento Econômico”, e por Gunnar Myrdal em “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”. Estes trabalhos e autores não apenas foram bem recebidos pela intelligentsia nacional-desenvolvimentista, como influenciaram fortemente a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. Nesta pesquisa são dois os objetivos buscados: 1) identificar no diálogo estabelecido entre os argumentos de Rostow, Nurkse e Myrdal a concordância, guardadas as suas devidas proporções na obra de Furtado (autor fundamental na compreensão da questão do desenvolvimentismo dos anos 50/60); 2) analisar de que maneira essa influência foi recebida, apropriada e ressignificada segundo as perspectivas de Furtado na formulação da Teoria do Desenvolvimento para o planejamento industrial brasileiro.

Meio Ambiente e a Esfera Pública

Roberta Cava

Os avanços tecnológicos, principalmente dos meios de comunicação de massa, aproximaram não somente as economias, mas também culturas e sociedades. A emergência da chamada sociedade global aproxima as coletividades, lançando-as em órbita planetária. Promove-se, com isso, a redefinição do Estado-nação e, conseqüentemente, uma reflexão a respeito da esfera pública tomada em seu conceito tradicional. Observar a nova amplitude dos fluxos comunicacionais permite observar também a ascensão da sociedade civil no cenário internacional. Seu espaço para deliberação relaciona-se com as compreensões da dinâmica internacional, bem como com as relações humanas que transcendem as fronteiras nacionais. Os movimentos nacionais caracterizam o reconhecimento da transversalidade dos interesses humanos, marcados pelas correntes de opinião pública mundiais, atreladas à expansão informacional e ao processo globalizatório. A presente pesquisa pretende abordar o conceito tradicional de esfera pública de Jürgen Habermas, revisitado em uma dimensão transnacional, uma vez que temas antes pertencentes às agendas nacionais se movem para a agenda mundial, estabelecendo temas em comum, como o meio ambiente e a mudança climática.

O Sistema Judiciário e o Reconhecimento de Identidades Sociais

Rodrigo Umbelino da Silva

Este presente trabalho tem por intuito analisar o Poder Judiciário e o processo de construção das identidades sociais no Brasil após a Constituição de 1988. A pesquisa tem como pressuposto que após o processo de redemocratização, o Estado brasileiro vivenciou um novo constitucionalismo, fomentando novo momento para busca efetiva das garantias constitucionais, configurando o que será denominado de judicialização da política, nesse entremeio a participação do Poder Judiciário, do Ministério Público e da sociedade civil pela ação dos Movimentos Sociais, conduzirá para uma busca incessante do reconhecimento e conseqüentemente para construção das identidades sociais. Entender a relação direito e política, faz parte desse arranjo teórico, sendo orientada pelo debate contemporâneo dos fenômenos da judicialização e ativismo judicial. A lógica de qualquer pesquisa que configure a análise conceitual e empírica das transformações sociais, orientadas pela ação daqueles que estruturam o Estado, está no entendimento que tudo que será construído terá como base um

verdadeiro estado democrático de direito, orientando grosso modo a efetiva organização daquela sociedade que se quer pesquisar.

Avaliando o presidencialismo brasileiro pós 88

Welton Alves da Silva

Essa dissertação trata-se de uma revisão do presidencialismo brasileiro pós-1988, através da análise da literatura disponível. Os levantamentos realizados convergem para a conclusão de que o presidencialismo brasileiro tem conquistado razoáveis níveis de institucionalização, contrariando muitas das críticas levantadas contra si. Esse estabelecimento se deu em grande medida pela estabilização do sistema partidário que polarizou em torno dos sete maiores partidos, aperfeiçoou seu funcionamento interno e sua atuação coerente no Congresso, minimizando assim os possíveis efeitos da alta fragmentação, e principalmente podendo conceder um apoio efetivo ao Poder Executivo. Este, por sua vez, tem se encarregado de utilizar com muita eficiência os poderes e mecanismos de que dispõe para fazer prevalecer sua agenda de governo, distanciando os conflitos entre os poderes e a temida e profetizada paralisia decisória. Em suma, apesar de problemas aparentes, o presidencialismo brasileiro nos moldes atuais tem levado adiante o processo de institucionalização da democracia.

2012

Política climática paulistana: agenda em contínuo aprimoramento

Adalberto Gregório Back

Esse trabalho tem por objetivo entender o processo de formação e incorporação da agenda climática na política ambiental e urbana do município de São Paulo, incluindo e contextualizando o processo de formulação da Lei que definiu a Política de Mudanças Climáticas do Município de São Paulo (lei 14.933 de 05 de junho de 2009). Para tanto, com base nos pressupostos teóricos de agenda-setting, realizamos: revisão bibliográfica da literatura internacional sobre o modo de atuação da campanha CPC do ICLEI; análise qualitativa de entrevistas com alguns atores que participaram no processo de formulação da lei; levantamento das ações locais do município convergentes com o enfrentamento das mudanças climáticas globais; e análise das organizações e instrumentos criados pela lei. Observamos que a agenda climática vem sendo construída paulatinamente na política ambiental e urbana do município de São Paulo, desde 2003, quando a Prefeitura aderiu à Campanha Cidades para Proteção do Clima da Rede Transnacional de Governos Locais ICLEI e, como resultado, elaborou seu primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Com a publicação do inventário em 2005, o Município obteve indicações das suas prioridades quanto à mitigação de GEE. Identificamos que, entre os anos de 2005 a 2007, as ações políticas com interface no enfrentamento às causas e consequências locais das mudanças climáticas foram ampliadas no município de São Paulo. A implementação de políticas urbanas e ambientais aderentes à agenda climática proporcionou um aprendizado político que possibilitou a formulação da lei 14.933. A lei, por sua vez, proporcionou um legado institucional que estrutura a definição dos problemas políticos, a formulação de políticas e a influência de grupos externos para a contínua inserção da agenda climática na formulação de políticas no município.

O Congresso Nacional brasileiro e os direitos humanos no pós-redemocratização (1988-2010)

Alessandra Guimarães Soares

A proposta da presente pesquisa é analisar a participação do Legislativo em política externa através dos atos internacionais de direitos humanos, aprovados pelo Congresso pós Constituição de 1988. A opção pelos Atos internacionais nessa temática específica decorre da alteração introduzida pela Emenda Constitucional 45/2004

que acrescentou o § 3º ao artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Nossos objetivos são: (i) verificar como esse tema, direitos humanos, entrou na agenda brasileira, para isso utilizamos a abordagem da teoria dos regimes internacionais; (ii) analisar a atuação parlamentar na política externa de direitos humanos em dois momentos distintos: antes e depois da promulgação da Emenda 45/2004; (iii) apontar se houve mudanças na participação do Poder Legislativo após a Emenda 45/2004. Para isso analisaremos a tramitação e os debates travados nas duas Casas Congressuais, Câmara dos Deputados e Senado Federal, acerca dos Atos internacionais de Direitos Humanos do Sistema Universal das Nações Unidas. Os resultados encontrados demonstram que a emenda, em certa medida, trouxe um maior protagonismo para o Legislativo nessa temática específica, e, que existem outros meios de participação desse Poder que não apenas aqueles inscritos no texto constitucional.

O Congresso Nacional e sua participação no combate às atividades ilícitas no Brasil (1988-2010)

Mônica Sodré Pires

Esse trabalho se propõe a mapear e analisar as ações governamentais brasileiras e o comportamento do Congresso Nacional no combate a práticas ilícitas a partir de Atos internacionais e de dispositivos legais internos sobre o tema. Para isso, considerando a área temática aqui classificada como “ilícitos” e o período compreendido entre 06/10/1988 e 31/12/2010, tomamos como material empírico, de um lado, os Atos internacionais negociados pelo Executivo e aprovados pelo Congresso Nacional brasileiro, com ênfase para as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas; de Combate à Corrupção e de Combate ao Crime Organizado Transnacional, conhecidas respectivamente como Convenções de Viena, Mérida e Palermo. De outro lado, tomamos as Leis Ordinárias existentes no país, com ênfase para a Lei nº 9.034 de 1995; Lei nº 9.613 de 1998 e Lei nº 10.763 de 2003, conhecidas respectivamente como Lei do Crime Organizado; Lei Anti-Lavagem e Lei da Corrupção. Partimos do pressuposto que as atividades internacionais e, mais especificamente, os Regimes Internacionais foram os principais fatores que impulsionaram a ação governamental no combate às tais práticas. Concluímos que, na maioria das vezes, a relação entre os Poderes se dá sob a forma de cooperação e que, ao contrário do lugar comum que atribui ao Legislativo desinteresse e morosidade em determinados assuntos, Deputados e Senadores são mais ativos do que inicialmente se poderia supor.

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” na política habitacional brasileira: continuidades, inovações e retrocessos

Alexandre José Romagnoli

Este trabalho tem por objetivo analisar a Política Nacional de Habitação do governo Lula através do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV). A análise se concentra nas continuidades, inovações ou eventuais retrocessos presentes no PMCMV comparativamente à Política de Habitação historicamente construída no Brasil. Partimos do pressuposto de que a questão habitacional é retomada no país com o início do governo Lula, que passa a viabilizar um processo de mudança na área, como, por exemplo, a criação de um novo Ministério (Ministério das Cidades), alteração na regulamentação do setor, além de programas com metas maiores àquelas já encontradas no país. Nesse contexto se insere o PMCMV que, apesar de surgir, inicialmente, como uma ferramenta “anti-cíclica” do governo frente à crise econômica internacional, também destaca-se pela sua proposta social. Com a meta de construir 1 milhão de moradias, sendo parte destas destinada à população de baixa renda (historicamente um dos principais gargalos da política habitacional) e considerável aporte de recursos do próprio Orçamento Geral da União, o Programa ganha relevância e representatividade para a política habitacional como um todo. A partir da literatura neo-institucionalista e de políticas públicas, essa dissertação mostra, de uma maneira geral, que o PMCMV inova com relação às questões ligadas ao financiamento e a instrumentalização dos recursos. A principal consequência é o rompimento com algumas lógicas de produção habitacional do país, como o financiamento de política habitacional a partir de recursos com necessidade

imediate de retorno, vislumbrando uma nova trajetória nesse sentido. No entanto, intervém timidamente em assuntos já bastante discutidos no país, como o planejamento urbano e a regularização fundiária.

As associações empresariais e o processo constituente de 1987-88

Mariele Troiano

Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como foram representados os interesses empresariais no processo constituinte de 1987-88, por meio do mapeamento dos atores envolvidos, sejam eles parlamentares ou não. Como recorte analítico, parte-se da ideia geral de que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) é uma organização institucionalizada e de atuação relevante no quadro político e econômico brasileiro desde o seu surgimento, inclusive no processo constituinte, sendo a única federação representante da classe empresarial convidada a uma audiência pública na Assembleia Nacional Constituinte. Ao analisar a atuação do empresariado na arena decisória da Constituinte, encontrou-se uma proliferação de entidades representativas, que pode ser compreendida como resultante de uma representação não efetiva da FIESP. Por meio de explicações de *path dependence* é possível notar a manutenção de legados históricos da organização, baseados no sistema corporativista, como a principal responsável de sua incapacidade representativa. Com base nas ações dos atores políticos analisados, é também possível concluir que o empresariado não teve uma representação efetiva no processo constituinte. As atuações de Albano Franco e Mário Amato podem ser compreendidas como produtos distintos do sistema corporativista, justificadas pela ausência de um equilíbrio entre as características fundamentais da ANC de negociação e articulação. Como metodologia, foram utilizadas atas da Assembleia Nacional Constituinte, análise bibliográfica e material de imprensa disponível no site do Senado Federal.

Teses de Doutorado

2008

Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005

Pedro Floriano Ribeiro

O objetivo central da tese foi testar a adequação de dois dos elementos definidores do modelo de partido cartel (Katz e Mair) para compreender as transformações da estrutura nacional do Partido dos Trabalhadores entre 1980 e 2005. As hipóteses principais da pesquisa, a serem testadas em relação ao PT, originaram-se diretamente dos aspectos constitutivos desse modelo. O objetivo secundário da tese foi construir um quadro geral da evolução organizativa do partido nesse período, com o foco nos processos de mudança institucional, destacando motivações, estratégias e conflitos envolvidos nessas mudanças. Duas dimensões de análise foram empregadas: a funcional e a organizativa. Na dimensão funcional constatamos que, ao longo de um quarto de século, a organização petista estabeleceu laços cada vez mais sólidos com o Estado: ainda que o partido mantenha laços consideráveis com a sociedade civil, os vínculos estatais passaram a ser os mais importantes para a sobrevivência organizativa. A progressiva inserção estatal do PT alterou as relações internas de poder. Na dimensão organizativa, constatamos a emergência de uma “face pública” cada vez mais forte e autônoma, capaz inclusive de dominar a direção partidária. Por outro lado, estratégias da Articulação/Campo Majoritário desconstruíram a democracia intrapartidária, reforçando o papel da direção nacional, que ganhou em autonomia vis-à-vis à base partidária. Causa e efeito dessa situação, a lei de ferro de Michels mostrou-se válida: o PT não escapou à tendência de oligarquização de sua direção. Se “face pública” e direção partidária ganharam nesse novo equilíbrio interno de forças, houve apenas um perdedor: a base do partido.

O Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro (SIPLEx): Uma análise da doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro e do seu planejamento (2002- 2007)

Carlos Eduardo de Melo Viegas da Silva

O objeto desse trabalho é a estratégia terrestre do Exército Brasileiro. Seu estudo é feito por meio de uma análise do Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro (SIPLEx), o sistema de planejamento organizacional que vem sendo usado pelo Exército Brasileiro desde 1985. Uma vez que o propósito de um sistema de planejamento de um exército é a produção de poder militar, são discutidos os componentes básicos que podem gerar esse tipo de poder e, principalmente a importância da eficiência na produção do poder militar. A estratégia terrestre brasileira é detalhada em termos de suas principais doutrinas. São examinadas em maior detalhe a doutrina Alfa (GLO - Garantia da Lei e da Ordem), a Doutrina Gama (defesa da Amazônia). Discute-se em que medida a doutrina Alfa (GLO) representa uma ruptura com os conceitos estratégicos da Guerra Fria e também se discute o papel da tática da guerrilha na defesa da Amazônia.

O Novo poder normativo do TST: dissídios individuais e atores coletivos

Karen Artur

Esta pesquisa visa a analisar as mudanças institucionais do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho após a Constituição de 1988, focando nas decisões uniformes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e na dinâmica política entre o tribunal e os demais poderes e atores investidos na instituição. Para tanto, realizamos estudo da jurisprudência desta corte sobre dissídios individuais e conduzimos entrevistas com atores relevantes. Tais entrevistas incluíram ministros do TST, juízes da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, advogados da assessoria jurídica das principais centrais sindicais e de grandes escritórios de advocacia empresarial trabalhista. Concluímos que o Judiciário Trabalhista tem protagonizado as reformas na própria instituição e no direito do trabalho no Brasil, conferindo assimetrias de poder a atores sociais nesse processo político. Ainda, apontamos os limites desse protagonismo dentro do nosso modelo legislado de relações de trabalho.

Do Local para o Nacional: o Orçamento Participativo e as novas práticas políticas petistas

Luciana Andressa Martins de Souza

O objetivo central desta tese foi verificar em que medida o OP foi se transformando em uma estratégia política do PT, para se consolidar como uma opção de governo nacional, tendo em vista o crescimento do partido nas disputas eleitorais subsequentes às experiências bem sucedidas de governos locais que adotaram reformas participativas. Tomamos como base a premissa de Panebianco (2005) acerca das mudanças institucionais para explicar como as mudanças programáticas sofridas ao longo da história petista impactaram na consolidação dessas políticas participativas. O objetivo secundário foi analisar se a implantação do OP, no desenho de políticas locais, contribuiu para a mudança das práticas políticas locais, verificadas, especialmente, por meio da introdução desse novo arranjo participativo nas relações entre Executivo e Legislativo Municipais. Para isso, comparamos o desenho institucional de três experiências de OPs que se assemelham em vários aspectos, mas se distinguem pelos resultados produzidos por essas instituições participativas. Essa análise se fundamenta teoricamente na abordagem institucional comparativa e nos pressupostos de Peter Evans (1995, 2004b) que parte das diferenças contextuais e então procura por regularidades, ou seja, analisa a natureza e o papel

desses mecanismos participativos em termos comparativos. Em suma, concluímos que o OP foi uma forma de aprendizado para o PT de política (politics) e das políticas (policies) do local para o nacional.

2011

Tecnologia e sociedade: o caso SIVAM

Isabel Cristina Rossi

O objetivo desta tese é analisar o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) como parte da estratégia militar para construir o Brasil potência/liderança na América do Sul ao custo de um alto preço para ter anuência da superpotência mundial e dessa forma manter seu prestígio, seu poder político, seu status quo, resquícios do período ditatorial, frente a um regime civil. Tal anuência é percebida desde o momento da estruturação do Ministério da Aeronáutica, da criação da FAB em plena Segunda Guerra Mundial, juntamente com os centros de Excelência - Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) - para criação de massa crítica e posterior desenvolvimento da aviação. No final da Segunda guerra Mundial foi desmontado no Brasil todo um pequeno, mas significativo, parque aeronáutico já existente, com anos de experiência inclusive na construção de aviões. Toda a pesquisa e experiência foram relegadas ao descaso por falta de incentivo a essa indústria, pois o governo brasileiro optou por comprar as “sobras de guerra” francesas e, posteriormente, norte-americanas. Interesses nacionais foram deixados de lado porque o alinhamento com os Estados Unidos permitiria pavimentar o acesso, por parte da elite militar, ao poder e ao prestígio, e para isso era fundamental estruturar o país como potência sub-hegemônica na América do Sul. Processo semelhante aconteceu na questão do SIVAM ao se comprar a tecnologia para o projeto e não desenvolvê-la internamente. Os militares brasileiros implantaram o SIVAM com um discurso nacionalista para a preservação da soberania e defesa do território nacional, porém com uma práxis contrária, pois as críticas feitas ao SIVAM no momento de sua concepção se revelaram verdadeiras, principalmente no que tange a sua ineficiência e obsolescência. O presente estudo pretende tecer considerações em busca de uma explicação para esta postura no caso específico do SIVAM.

2012

Internet e campanhas eleitorais: experiências interativas nas cibercampanhas presidenciais do Cone Sul

Sylvia lasulaitis

Nesta tese desenvolvemos uma análise visando compreender as novas formatações da política na era da Web 2.0. O objetivo geral foi investigar “se” e “de que forma” o potencial da Internet para interação humana foi empregado pelos candidatos e coligações nas recentes campanhas presidenciais no Cone Sul e “se” e “em que medida” as ferramentas interativas em websites eleitorais foram utilizadas para estreitar os laços com o eleitorado durante a campanha política e ampliar a qualidade dos processos democráticos. Nesta tese buscamos contemplar dois níveis de análise: a estrutura formal do website e a ação política que nele se desenvolveu. Analisamos a lógica da coordenação de campanha dos candidatos na utilização dos fóruns de debates de propostas de governo, os constrangimentos e incentivos à participação do cidadão comum e o nível de controle exercido; e por outro lado, a maneira como os internautas interagiram com as campanhas, com os candidatos e entre si a partir destas ferramentas, a forma e o teor das trocas discursivas ali realizadas e a natureza das propostas que resultaram desta interação. Partimos da hipótese de que a disponibilização de fóruns de debate online cria oportunidade estrutural que pode aumentar a possibilidade de ação política dos cidadãos comuns para comunicarem suas preferências, realizarem inputs, participarem da construção de projetos políticos, bem como compeliem os candidatos para que delineiem com mais clareza suas plataformas políticas. Não obstante, o tipo de resultado é fruto do desenho da interface e da maneira como os candidatos e internautas utilizam a tecnologia, e não um produto pré-determinado por ela, ou seja, depende da forma como se articulam as regras objetivas, as estratégias eleitorais, o interesse político e a capacidade dos atores envolvidos. Testamos seis corolários específicos em contextos empíricos concretos; nossos objetos de investigação foram as plataformas para discussão e construção colaborativa dos programas de governo de quatro presidenciais da Argentina, Chile e Brasil,

durante os pleitos 2007, 2009 e 2010, respectivamente, e o corpus empírico desta pesquisa totalizou em 2.727 posts analisados. Para os propósitos deste estudo, foi realizada uma composição de técnicas que resultaram em um aparato metodológico específico, incluindo observação das interações mediadas pelo computador, coleta de dados e análise de conteúdo. O modelo apresentado consiste em um primeiro esforço metodológico para desenvolver uma estratégia de investigação de fóruns de discussão estabelecidos na ambiência de websites eleitorais. A avaliação da qualidade das discussões foi empreendida de acordo com oito dimensões de análise com base nos parâmetros metodológicos DQI - Discourse Quality Index (Constrangimentos e incentivos à participação, Inclusividade e Diversidade, Reciprocidade do debate, Respeito mútuo, Identificação, Grau de heterogeneidade, Tematização e conteúdo e Efetividade da interface interativa), que foram operacionalizadas com alguns indicadores, qualitativos e quantitativos.